Ulysses consegue mudar proposta

A interferência do deputado Ulysses Guimarães provocou um endurecimento da Comissão Mista de Orçamento em relação à rolagem das dívidas dos Estados e Municípios. Depois de quase meia hora de reunião com Ulysses, a Comissão passou a exigir tratamento igual para todos os Estados, "em percentuais que assegurem a governabilidade". Com isso, foi tirada de cena a possibilidade de aceitação da proposta do governo, mesmo em níveis inferiores, que cria o pagamento em cascata, ou seja, uma parcela maior para quem deve mais.

Ulysses Guimarães afirmou que a decisão do presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), de adiar a entrega do relatório sobre o orçamento 89 para hoje à tarde "foi sensata". Na sua opinião, isso permitirá "um melhor entendimento, desde que o acordo respeite o princípio federa-

tivo, a autonomia financeira dos Estados". Indiretamente, disse que a proposta em cascata provoca discriminação, "o que é proibido pela Constituição". Explicou que quando fala em "discriminação" significa que "uns têm condição para pagar suas dívidas e outros não", lembrando que o Estado de São Paulo é o mais endividado do País.

Essa interrupção "política" no andamento dos trabalhos da Comissão de Orçamento, provocou alterações no andamento das negociações. A intervenção direta do presidente José Sarney tirou de cena o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, entrando em seu lugar o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Além disso, o assunto passa ser tratado um pouco além da Comissão Mista de Orçamento, já que Sarney "escolheu" o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), como o interlocutor do Congresso com o

Planalto, alijando as atribuições do deputado Cid Carvalho.

O endurecimento dos parlamentares em relação à negociação com o Planalto foi provocada, segundo um dos participantes da reunião, pela falta de "objetividade do governo em relação ao orçamento". De fato, o presidente José Sarney acabou apresentando a "ameaça", ao deputado Ibsen Pinheiro, de que retiraria a segunda mensagem — com base na qual está sendo elaborado o relatório do senador Almir Gabriel. Isso bastou para que ficasse configurada a insegurança do governo, pois uma medida dessa natureza só viria a retardar ainda mais a votação do Orçamento ou, até mesmo, impedir a sua apreciação. Se isso vier a ocorrer o orçamento de 89 terá que obedecer os critérios de 88, o que não interessa ao Planalto, já que este ano os governos estaduais pagaram apenas 15% de suas dívidas.